

# Mensalidades escolares ainda sem definição

O reajuste das mensalidades das escolas particulares só será definido na próxima semana, segundo informou, ontem, o secretário-geral adjunto da Seplan, Edson Nunes, e deverá ser fixado de acordo com o salário médio real dos professores de cada região. A decisão, no entanto, está dependendo de uma definição sobre qual base será utilizada para calcular o custo médio real das mensalidades, já que é preciso estudar qual o aumento que melhor reflete a variação dos preços médios reais que as escolas têm no decorrer do semestre.

Mas, enquanto o Ministério da Educação não anuncia o índice de reajuste das mensalidades dos colégios e faculdades particulares, que ficarão congelados até 1987, ficou definido que os carnês continuarão a ser pagos, com base na conversão de cruzeiros para cruzados, de acordo com a tabela oficial e, segundo Edson Nunes, as escolas que se recusarem a aceitar os pagamentos estarão sujeitas a penalidades e poderão ser denunciadas à Sunab.

Outra proposta que está sendo analisada pelos Ministérios da Educação, Planejamento e Fazenda é a

utilização como base de cálculo para o reajuste o valor das mensalidades nos últimos seis meses, que daria um aumento médio nacional de 48%. Segundo Edson Nunes, essa proposta "tem algumas dificuldades técnicas para ser adotada mas é factível, dependendo da base a ser utilizada".

Edson Nunes acredita que a hipótese mais viável é de que seja adotada a proposta do MEC, de fazer o reajuste das mensalidades de acordo com a variação dos salários dos professores, proporcionando uma redução no valor real das mensalidades que será diferente para cada estado, pois levará em conta a data-base dos reajustes dos professores, diferentes dentro de um mesmo estado.

O secretário-geral adjunto da Seplan garantiu, no entanto, que os valores das mensalidades serão bem inferiores aos 89% estipulados pelo Conselho Federal de Educação, antes do governo ter baixado o pacote econômico para reduzir a inflação. Ele garantiu ainda que todas as propostas estão sendo analisadas por computador e que elas não voltarão a ser discutidas com os estabelecimentos de ensino, que já foram ouvidos pelo MEC.